

DESPACHO N.º 2018/R/57

Assunto: Criação da Comissão para a Igualdade da Universidade da Beira Interior – Normas de Organização e Funcionamento

Preâmbulo

Na União Europeia, a igualdade de género tem tido o destaque de eixo de intervenção prioritário. Em Portugal, tem sido feito um grande esforço no sentido de promover a transversalidade do género nas políticas públicas, com destaque para o trabalho das duas comissões governamentais existentes. Contudo, é reconhecido por estas que há ainda um longo caminho a percorrer para que a igualdade de facto se equipare ao assinalável progresso legislativo de que o país tem sido exemplo.

Ao nível das instituições de ensino superior, não obstante estas serem identificadas como lugares cruciais para a promoção da igualdade pelo seu papel catalisador da mudança social, a implementação de políticas organizacionais de igualdade de género e de oportunidades é recente e incipiente. Não existindo em Portugal obrigatoriedade legal das instituições de ensino superior desenvolverem medidas específicas de igualdade de género, a UBI iniciou este projeto por acreditar ser uma potencial mais-valia para a instituição, mas tendo também em vista a assunção de objetivos organizacionais e de responsabilidade social para com a comunidade local.

Em 2011, no âmbito de um projeto financiado pelo Estado Português e pelo QREN, a Universidade da Beira Interior (UBI) foi a primeira instituição portuguesa de ensino superior a conceber e implementar um plano de igualdade de género – o UBIGUAL.

A experiência de sete anos de existência do Plano de Igualdade de Género e reconhecimento internacional desta iniciativa como uma boa prática, bem como a aposta crescente no domínio da responsabilidade social da UBI, evidenciou a necessidade de aprofundar e desenvolver as ações neste domínio, através da criação de uma estrutura, que abranja todas as faculdades e grupos populacionais da UBI.

Considerando a necessidade de reforço de uma cultura de administração responsável no quadro da autonomia universitária e da sã convivência entre os diversos corpos da comunidade académica, no que toca ao respeito pelos direitos e deveres fundamentais dos cidadãos, que legitima a sua autonomia e o compromisso perante estes e a sociedade.

Considerando que, a Universidade promove nas suas atividades a dignidade da pessoa humana tendo por base a responsabilidade social e profissional dos seus membros e a igualdade de oportunidades.

Considerando que, nos termos do n.º 7 do artigo 9.º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, as instituições de ensino superior para além das normas legais e estatutárias e demais regulamentos a que estão sujeitas, podem definir códigos de boas práticas em matéria pedagógica e de boa governação e gestão.

Assim, nos termos da alínea e), q) e t) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 24.º dos Estatutos, aprovados pelo Despacho Normativo n.º 45/2008 publicado na 2.ª Série do D.R. n.º 168 de 1 de setembro, determino:

Artigo 1.º

Criação

É criada a Comissão para a Igualdade da Universidade da Beira Interior adiante designada por Comissão para a Igualdade.

Artigo 2.º

Natureza e Atribuição

1. A Comissão para a Igualdade é um órgão consultivo independente, que tem como atribuições fazer recomendações no domínio das políticas da UBI em matéria de igualdade de oportunidades, nas atividades laborais, de ensino e de investigação bem como propor ações de promoção de uma cultura de igualdade dentro e fora da instituição.
2. Em especial, compete-lhe proteger e garantir a dignidade e a integridade da pessoa humana nas atividades laborais, de ensino e de investigação, nomeadamente no que se refere à não discriminação de género, a proteção da parentalidade, da conciliação da vida profissional pessoal e familiar de homens e mulheres e do combate às formas de violência de género.

Artigo 3.º

Composição

1. A Comissão para a Igualdade tem uma composição multidisciplinar, que deve cobrir as áreas do seu campo de ação e será composta por quinze (15) membros:

1.1. Cinco (5) membros do pessoal docente provenientes e indicados por cada uma das Faculdades;

1.2. O presidente da Associação Académica da UBI ou seu representante;

1.3. Dois (2) membros do pessoal docente indigitados pelo Reitor;

1.4. Um (1) membro do pessoal não docente indigitado pelo Reitor;

1.5. Cinco (5) membros do pessoal docente provenientes de cada uma das Faculdades de género diferente dos representantes indicados em 1.1, e um (1) membro do pessoal não docente de género diferente dos indicados em 1.4, admitidos por cooptação pelos elementos mencionados nos n.ºs anteriores (1.1. a 1.4) em reunião convocada para o efeito pelo Reitor e presidida pelo seu membro com maior graduação académica e dentro duma mesma categoria, pelo que tiver maior antiguidade na carreira universitária, presente na reunião;

1.6. Os membros da Comissão para a Igualdade a que se refere o número 1.1 a 1.4 e os cooptados a que se refere o n.º 1.5, são nomeados por Despacho Reitoral.

2. A duração do mandato dos membros da Comissão para a Igualdade é de dois anos não devendo em princípio os seus membros cumprir mais de dois mandatos na qualidade em que foram designados.

2.1. Na primeira composição da Comissão para a Igualdade a duração do mandato dos membros cooptados a que se refere o n.º 1.5, é de três anos.



Artigo 4.º **Competências**

1. Analisar e emitir parecer às questões que no domínio da igualdade lhe sejam submetidas por membros da Universidade da Beira Interior ou veiculados pela Reitoria.
2. Zelar pelo cumprimento da legislação vigente em matéria de igualdade de género e de oportunidades, bem como pelo princípio de igualdade de tratamentos e da não discriminação em todos os setores da universidade.
3. Promover a transversalidade de género numa perspetiva interseccional em todas as políticas universitárias.
4. Promover a incorporação da perspetiva de género na docência e na investigação.
5. Monitorizar a implementação do Plano de Igualdade da UBI e propor alterações.
6. Dinamizar campanhas de sensibilização e informação em matéria de género e igualdade de oportunidades dirigidas à comunidade universitária.
7. Promover a cooperação da UBI com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) e a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE).
8. Promover o trabalho em rede com outras instituições e universidades em matéria de igualdade de género e de oportunidades.
9. Promover a participação da UBI em concursos e projetos com o objetivo de captar recursos económicos externos que contribuam para o desenvolvimento das políticas institucionais de igualdade.
10. Receber e encaminhar para os órgãos adequados os casos de queixas por discriminação de género ou assédio.
11. Zelar pela manutenção de um ambiente e uma cultura institucional de respeito pela diversidade e pela igualdade de género e de oportunidades.
12. Responder em termos de extensão a solicitações provenientes do exterior que lhe sejam feitas no âmbito das suas competências ou no quadro de cooperação que venha a ser estabelecida com outras entidades externas.

Artigo 5.º **Limites da atuação**

1. A Comissão para a Igualdade não faz deliberações jurídicas ou disciplinares, mas apenas emite pareceres, pelo que o conteúdo dos seus documentos deve limitar-se à análise de concordância ou não das práticas com as boas normas de conduta em temas de igualdade e não à definição de culpa ou atribuição de responsabilidades.
2. A Comissão para a Igualdade não emite pareceres em matérias de natureza obrigatória que a lei exige que venham a ser emitidos por Comissões de Igualdade com competência para o efeito bem como quando aplicável reconhece outros pareceres que no âmbito de uma política de reciprocidade sejam emitidos por outras Comissões de Igualdade sem prejuízo do direito de poder vir a ser informada relativamente à emissão dos mesmos.

Artigo 6.º

Exercício de funções

1. Os membros da Comissão para a Igualdade mantêm-se em funções sem prejuízo dos procedimentos conducentes à conclusão do processo de nomeação dos novos membros.
2. Nenhum membro da Comissão de Igualdade pode ser suspenso ou destituído senão pela própria Comissão, em casos justificados, por maioria absoluta, sendo o termo do mandato dos novos membros o do órgão colegial, independentemente das datas de nomeação.
3. Os membros da Comissão de Igualdade poderão:
 - a) Renunciar ao mandato;
 - b) Suspender o mandato, designadamente:
 - i) Em caso de doença comprovada;
 - ii) Pelo exercício de outras funções de carater transitório manifestamente incompatíveis com o cargo para que foram designados;
 - iii) Pelo exercício de funções e ou atividades que o obriguem a ausentar-se por um período de tempo prolongado;
 - iv) Quando apresentem candidaturas ao cargo de Reitor ou Presidente de Faculdade.
- 3.1 O pedido de renúncia ou suspensão (com duração prevista) do mandato deve ser endereçado ao Presidente da Comissão de Igualdade e apreciado na reunião imediata à sua apresentação.
- 3.2 Em caso de suspensão aceite pela Comissão de Igualdade, esta continuará a funcionar apenas com os restantes membros efetivos.
4. Perdem o mandato os membros da Comissão de Igualdade que:
 - a) Cometam falta grave considerada como tal pela maioria absoluta dos membros da Comissão de Igualdade;
 - b) Deixem de ter a qualidade pela qual foram designados, nomeadamente por passarem a desempenhar funções de Reitor, membro de equipa Reitoral ou Presidente de Faculdade;
 - c) Faltarem injustificadamente a duas reuniões da Comissão de Igualdade seguidas ou a três interpoladas.
5. Em caso de vacatura do cargo de qualquer membro, o novo membro, completa o mandato.
6. A vacatura que ocorra entre os membros cooptados é preenchida individualmente segundo um processo análogo ao da cooptação desses membros, presidindo à reunião o Presidente da Comissão de Igualdade.

Artigo 7.º

Organização e Funcionamento

1. A Comissão para a Igualdade funcionará em plenário, sendo que, para permitir maior eficiência funcional, possam vir a ser instituídas no seu âmbito para assuntos específicos Comissões “ad-hoc”.

**Gabinete do
Reitor**

1.1. A Comissão para a Igualdade dispõe de um núcleo executivo constituído pelo Presidente e Vice-Presidente da Comissão para a Igualdade, que tem como função acompanhar a evolução das atividades da Comissão para a Igualdade, promovendo e vigiando o seu cumprimento dentro dos prazos previstos e, em geral, em tempo útil.

2. A Comissão para a Igualdade pode recorrer a consultores externos para apoio em aspetos genéricos ou em processos de áreas especializadas, sem limite de número.

2.1. Os consultores externos são integrados por convite do Reitor por proposta da Comissão para a Igualdade, uma vez que declarem que aceitam ficar sujeitos às presentes normas de organização e funcionamento;

2.2. Os consultores externos apenas participam na discussão do processo específico para o qual foram convidados.

Artigo 8.º
Gratuidade de funções

Os membros da Comissão para a Igualdade não recebem qualquer remuneração específica por esta sua atividade.

Artigo 9.º
Apoio Administrativo

1. Para o seu adequado funcionamento disporá a Comissão para a Igualdade de um secretariado, ainda que não exclusivo, que inclui recursos humanos, equipamento informático e de comunicação o qual assumirá as interfaces documentais e executará as instruções que aquela lhe atribuir.

2. A Comissão para a Igualdade disporá ainda de portal web específico, em línguas portuguesa e inglesa, dentro do da Universidade.

Artigo 10.º
Presidente e Vice-Presidente

1. A Comissão para a Igualdade elege, na primeira reunião, necessariamente plenária, realizada após a sua nomeação, e de entre os seus membros, um Presidente e por proposta deste um Vice-Presidente.

2. Ao Presidente da Comissão para a Igualdade compete:

a) A representação da Comissão;

b) A coordenação da sua atividade;

c) A direção das suas reuniões, incluindo-se nesta a de convocar e presidir às reuniões; dirigir os respetivos trabalhos; apreciar as justificações das faltas dos membros da Comissão para a Igualdade; declarar ou verificar as vagas na Comissão para a Igualdade e proceder no sentido de que sejam operadas as respetivas substituições; colocar à votação as propostas e requerimentos; propor quando considerado oportuno a constituição de Comissões “ad-hoc” para assuntos específicos com a composição que considere adequada; acompanhar e incentivar os respetivos trabalhos e velar pelo cumprimento dos prazos; atribuir as funções

**Gabinete do
Reitor**

de relator e distribuição dos respetivos processos; verificar em cada reunião a atualização da declaração de inexistência de incompatibilidades;

d) A elaboração de proposta de ficha de incompatibilidades e suas alterações quando aplicável;

e) A elaboração do relatório anual de atividades da Comissão, a remeter ao Reitor.

3. Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente nestas funções, nos casos de impossibilidade deste ou quando este o tiver por conveniente.

4. O Presidente da Comissão para a Igualdade não interfere no exercício das competências dos demais órgãos da Instituição, não lhe cabendo representá-la nem pronunciar-se em seu nome.

**Artigo 11.º
Reuniões**

1. A primeira reunião da Comissão para a Igualdade após nomeação de todos os seus membros é convocada pelo membro incumbido da Presidência a que se refere o n.º 1.5 do art.º 3.º, ao qual compete submeter à homologação do reitor os membros eleitos para os cargos a que se refere o artigo anterior, sem prejuízo do início imediato de funções.

2. A Comissão para a Igualdade reúne em plenário, ordinária e presencialmente, ou por teleconferência, pelo menos quatro vezes por ano, sob convocação do seu Presidente.

3. A título excecional e com razões fundamentadas, pode a Comissão para a Igualdade reunir extraordinariamente.

4. De todas as reuniões da Comissão para a Igualdade será lavrada uma ata da qual deve constar, nomeadamente:

a) Menção da data, hora e local de reunião;

b) Ordem de trabalhos;

c) Identificação de todos os membros fisicamente presentes e respetiva assinatura;

d) Identificação dos pedidos avaliados, objetivo e tipo de avaliação efetuada;

e) As deliberações tomadas, a forma e o resultado das respetivas votações.

4.1 Nos casos em que a Comissão para a Igualdade assim o delibere, a ata é aprovada logo na reunião a que disser respeito.

5. Das reuniões da Comissão para a Igualdade será lavrada ata sucinta, que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário.

6. Eventuais declarações de voto a incluir em ata são da responsabilidade de quem as emite e apenas serão apensas à respetiva ata, caso sejam entregues por escrito até ao final da reunião a que dizem respeito.

7. Nas reuniões da Comissão para a Igualdade não podem ser aprovadas deliberações sobre matéria estranha à ordem de trabalhos do dia, salvo se reconhecida a urgência na deliberação imediata, proposta por pelo menos dois terços dos membros da Comissão.

**Gabinete do
Reitor**

8. As reuniões da Comissão para a Igualdade não são públicas.
9. Por decisão da Comissão para a Igualdade, podem participar nas reuniões, sem direito a voto:
 - a) Personalidades convidadas para se pronunciarem sobre assuntos da sua especialidade ou de interesse para a Comissão para a Igualdade;
 - b) Colaboradores sempre que convocados para reuniões de apreciação de processos com que estão envolvidos e apenas no que a este se refere.
10. Desempenha as funções de Secretário da Comissão para a Igualdade, sem direito a voto, um Representante do Secretariado a que se refere o artigo 9.º.
11. A convocatória de cada reunião ordinária é formalmente emitida, em princípio por via eletrónica, com um mínimo de cinco dias de antecedência, devendo constar a data, hora e local da reunião, assim como a respetiva ordem de trabalhos.
12. A título excecional e com razões fundamentadas, pode a Comissão para a Igualdade reunir extraordinariamente através de uma convocatória que não cumpra o prazo determinado no ponto 11, desde que a mesma seja recebida por todos os seus membros com um mínimo de 72 horas de antecedência.
13. Em casos devidamente justificados pode ser dispensada aos membros a presença física nas reuniões, aceitando-se a participação à distância através de teleconferência.

Artigo 12.º
Quórum e deliberações

1. As deliberações da Comissão para a Igualdade são tomadas em reunião, por maioria simples dos membros presentes.
2. As deliberações da Comissão para a Igualdade apenas são válidas se estiverem presente, pelo menos metade dos membros da Comissão.
3. Para efeitos de emissão de pareceres de avaliação de processos submetidos, sempre que estes não levantem quaisquer dúvidas ou divergências, aos membros da Comissão para a Igualdade poderá a sua aprovação ser efetivada por via eletrónica recorrendo a programa informático específico, e necessariamente por unanimidade, atentos aos comentários do relator e a não dispensa do conhecimento do projeto por parte do membro que vota.
4. As votações da Comissão para a Igualdade realizam-se por braço no ar, salvo o disposto no número seguinte.
5. Far-se-ão por escrutínio secreto:
 - a) As eleições;
 - b) As deliberações sobre a situação de qualquer membro da Comissão para a Igualdade.
6. Não é admitido o voto por procuração;
7. Quando a votação produzir empate, o Presidente da Comissão para a Igualdade exercerá o seu voto de qualidade.

Artigo 13.º **Obrigatoriedade e prazos**

1. A Comissão para a Igualdade tem obrigatoriamente de emitir parecer, por escrito, no prazo máximo de sessenta dias úteis sobre a data em que fica completo o processo de pedido de apreciação.
2. Se solicitado, deve a Comissão para a Igualdade elaborar também, dentro do prazo referido no ponto anterior, uma cópia ou uma síntese do parecer em língua inglesa.
3. Excecionalmente em situações particularmente complexas e com base em razões fundamentadas em detalhe e por escrito, podem estes prazos ser ampliados por períodos de trinta dias.

Artigo 14.º **Direitos e Deveres dos Membros da Comissão para a Igualdade**

1. Constituem direitos dos membros da Comissão para a Igualdade:
 - a) Participar nas discussões e apresentar declarações de voto por escrito quando aplicável;
 - b) Solicitar por escrito os esclarecimentos e informações que entendam necessários para o exercício das competências da Comissão para a Igualdade;
 - c) Ter acesso à informação solicitada para o exercício das competências da Comissão num prazo razoável.
2. Constituem deveres dos membros da Comissão para a Igualdade:
 - a) Comparecer e permanecer nas reuniões da Comissão para a Igualdade e Comissões “ad-hoc” a que pertençam;
 - b) Participar nas votações;
 - c) Desempenhar as funções para que sejam designados, salvo escusa justificada;
 - d) Comunicar, sempre que possível com antecedência, as faltas e os seus impedimentos relativamente às reuniões da Comissão para a Igualdade ou Comissões “ad-hoc” a que pertençam.

Artigo 15.º **Transparências de procedimentos**

1. De cada reunião da Comissão para a Igualdade será lavrada a respetiva ata que pode ser consultada pelos interessados que o solicitem.
2. Os pareceres da Comissão para a Igualdade emitidos nas condições a que se refere o n.º 1 do artigo 5.º, deverão ser suscetíveis de consulta por quem o solicite e eventualmente os elementos de suporte aos mesmos, salvo as situações de exceção referidas no ponto seguinte.
3. Podem ser excecionadas as matérias que, fundamentadamente, contenham matéria que os seus autores desejam que seja mantida sigilosa.

Artigo 16.º

Independência e Conflitos de interesses

1. A Comissão para a Igualdade deve atuar de forma totalmente independente e imparcial relativamente aos órgãos de Gestão e Direção da Universidade e das suas Unidades orgânicas ou a qualquer outra entidade ou pessoa, interna ou externa.
2. Os membros da Comissão para a Igualdade, bem como o pessoal que colabora no secretariado de apoio ou outro, não podem ter interesses financeiros ou outros ou em entidades que possam afetar a sua imparcialidade no exercício das suas funções.
3. Para efeitos do disposto no número anterior será aprovado por Despacho do Reitor por proposta do Presidente da Comissão para a Igualdade um modelo de declaração de inexistência de incompatibilidades.
4. É absolutamente vedado aos membros da Comissão para a Igualdade a utilização para proveito próprio de informação que tenham tido conhecimento no exercício das suas atividades na Comissão, sem expressa anuência e autorização dos seus autores.
5. No início de cada reunião é verificada a atualização da declaração de inexistência de incompatibilidades. Deve ser declarado e registado em conformidade em ata qualquer conflito de interesses que possa existir por parte dos seus membros no que respeita a qualquer assunto ou parecer. Para este efeito, considera-se que existe conflito de interesses sempre que um interesse, quer de âmbito financeiro, quer relacionado com amizades, rivalidades ou convicções pessoais, ou laços familiares possa interferir com o dever de imparcialidade a que os membros da Comissão se encontram obrigados.

Artigo 17.º

Confidencialidade

Os membros e consultores da Comissão para a Igualdade, bem como o pessoal que colabora no secretariado de apoio ou outro, estão adstritos ao cumprimento do dever de confidencialidade e proteção de dados pessoais a que tenham acesso no exercício das suas funções nesta Comissão, incluindo o conteúdo dos documentos analisados.

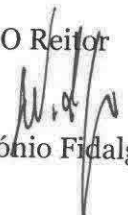
Artigo 18.º

Disposições Finais

As presentes normas de organização e funcionamento entram imediatamente em vigor e qualquer alteração às mesmas é de competência exclusiva do Reitor.

Universidade da Beira Interior, 30 de julho de 2018

O Reitor



António Fidalgo